

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Nos últimos meses têm chegado ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relatos de doentes com cancro da mama, triplo negativo, em estados avançados, e que não conseguem ter acesso a um fármaco que alegadamente potencia o tratamento e melhora significativamente o prognóstico a curto e médio prazo, evitando recidivas.

Encontra-se também em análise, na Assembleia da República, uma petição, com cerca de 30 mil assinaturas, que reclamam o acesso a este fármaco, já autorizado em tratamento noutros tipos de cancro, denominado Pembrolizumab.

A Agência Europeia do Medicamento (EMA), aprovou em abril de 2022 a disponibilização desta terapia. Contudo, em Portugal, e em abril de 2023 o INFARMED, I.P., autorizou o Programa de Acesso Precoce (PAP) proposto pela empresa titular do medicamento para 50 doentes na indicação terapêutica KEYTRUDA, em combinação com quimioterapia como tratamento neoadjuvante e, de seguida, continuado em monoterapia como tratamento adjuvante após cirurgia.

Neste tipo de programas de acesso precoce, as empresas farmacêuticas disponibilizam o fármaco aos hospitais do SNS isento de encargos para um determinado número de doentes, sendo o tratamento dos demais doentes aos quais seja prescrito o fármaco sujeito a custos para o SNS.

De acordo com a informação prestada a um cidadão, este novo fármaco – Pembrolizumab – para o cancro da mama triplo negativo, aguarda ainda a proposta de condições negociais comportáveis, para que as decisões de financiamento se traduzam num efetivo acesso de medicamentos a todos os doentes que deles possam beneficiar.

Ora, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que os cidadãos devem ter acesso às terapias que lhes são mais benéficas.

Assim, face ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido socialista vem por este meio questionar o Governo do seguinte:

- 1 – Qual a perspetiva temporal para que os fármacos já existentes e com eficácia comprovada possam ser disponibilizados e comparticipados para as utentes com cancro da mama triplo

negativo?

2 – Quais as medidas a tomar, de imediato, para que todas as utentes nesta situação possam ter acesso à comparticipação desta terapêutica?

Palácio de São Bento, 5 de junho de 2023

Deputado(a)s

SUSANA CORREIA(PS)

LUÍS SOARES(PS)

MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS(PS)

IRENE COSTA(PS)